EÓLICA PEDRA DO SAL S.A.

Relatório da Administração e Demonstrações Contábeis dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015

CNPJ Nº 08.448.356/0001-02
NIRE 22 3 0000820-0

Endereço: Parque Eólico Pedra do Sal, s/nº, Pedra do Sal – Parnaíba – PI – CEP 64200-000.

Relatório da Administração

Senhores Acionistas,

A Administração da Eólica Pedra do Sal S.A. ("Pedra do Sal" ou "Companhia") tem a satisfação de submeter à sua apreciação o Relatório da Administração e as Demonstrações Contábeis, acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes, relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2016. As informações estão apresentadas em milhares de reais, exceto quando especificado em contrário.

1. Perfil Institucional

A Companhia tem autorização outorgada pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) para estabelecer-se como produtora independente de energia elétrica, mediante a exploração do Parque Eólico Pedra do Sal, situado no município de Parnaíba, estado do Piauí.

O parque eólico, em operação comercial desde dezembro de 2008, tem capacidade instalada de 18 MW[1] e capacidade comercial de 5,7 MW médios, totalmente contratada com a Centrais Elétricas Brasileiras S.A. (Eletrobras) até o ano de 2028, por meio do Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica (Proinfa).

2. Controle Acionário

A totalidade do capital social da Pedra do Sal pertence à ENGIE Brasil Energias Complementares Participações Ltda. (ECP) - anteriormente denominada Tractebel Energias Complementares Participações Ltda.- uma *holding* controlada pela ENGIE Brasil Energia S.A. (EBE), anteriormente denominada Tractebel Energia S.A.

3. Desempenho Operacional

Em 2016, a geração total bruta de Pedra do Sal alcançou 63,2 GWh, 8,3% inferior aos 68,9 GWh gerados em 2015. O índice de disponibilidade, desconsiderando-se as paradas programadas, atingiu 99,3% no ano de 2016 ante 99,1% em 2015. Quando consideradas todas as paradas, a disponibilidade global em 2016 foi de 98,2% (98,4% em 2015).

a) Principais indicadores (expressos em milhares de reais)

Indicadores	2016	2015	Variação %
Receita líquida de vendas	21.778	20.862	4,4
Lucro bruto	12.317	11.841	4,0
Margem bruta	56,6%	56,7%	(0,1) p.p.
EBITDA (Lajida)[1]	16.687	16.258	2,6
Margem EBTIDA (Lajida)[2]	76,6%	77,9%	(1,3) p.p.
Resultado financeiro	(2.460)	(2.020)	21,8%
Lucro líquido do exercício	8.582	8.590	(0,1)
Margem líquida	39,4%	41,2%	(1,8) p.p.

[1] EBITDA (LAJIDA): lucro líquido + imposto de renda e contribuição social + despesas financeiras, líquidas + depreciação e amortização.

[2] Margem EBITDA (LAJIDA): EBITDA / receita líquida de vendas.

[1] As informações não financeiras contidas nestas demonstrações contábeis como MW, MW médio, potência instalada, entre outras não são examinadas pelos auditores independentes.

b) Comentário sobre as principais variações

EBITDA: combinação do reajuste de preço de venda, da redução da geração e da elevação do custo da energia vendida.

Resultado financeiro: menor renda de aplicações financeiras e elevação da taxa de juros (TJLP) que indexa o financiamento com o BNDES.

4. Agradecimentos

A Administração de Pedra do Sal agradece a contribuição de todos aqueles que contribuíram para o desempenho da Companhia no ano de 2016.

A Administração

EÓLICA PEDRA DO SAL S.A.

CNPJ nº 08.448.356/0001-02 | NIRE nº 22 3 0000820-0

BALANÇO PATRIMONIAL LEVANTADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015

(Em milhares de reais)

ATIVO

	Nota	31.12.2016	31.12.2015
ATIVO CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa	4	10.345	9.440
Contas a receber de clientes	5	5.812	6.311
PIS e Cofins a recuperar	7	-	523
Outros ativos circulantes		264	246
		16.421	**16.520**
ATIVO NÃO CIRCULANTE			
Realizável a Longo Prazo			
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	6	1.595	1.554
PIS e Cofins a recuperar	7	2.823	2.830
Depósitos vinculados	8	3.570	3.217
		7.988	**7.601**
Imobilizado	9	**59.673**	**64.200**
		67.661	**71.801**
TOTAL		**84.082**	**88.321**

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO

	Nota	31.12.2016	31.12.2015
PASSIVO CIRCULANTE			
Fornecedores		405	466
Financiamento	10	5.229	4.802
Imposto de renda e contribuição social		220	151
Outros passivos circulantes		456	127
		6.310	**5.546**
PASSIVO NÃO CIRCULANTE			
Financiamento	10	40.528	44.960
		40.528	**44.960**
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	11		
Capital social		33.133	33.133
Reservas de lucros		1.664	1.235
Dividendos adicionais propostos		2.447	3.447
		37.244	**37.815**
TOTAL		**84.082**	**88.321**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

EÓLICA PEDRA DO SAL S.A.

CNPJ nº 08.448.356/0001-02 | NIRE nº 22 3 0000820-0

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015

(Em milhares de reais)

	Nota	31.12.2016	31.12.2015
RECEITA LÍQUIDA DE VENDAS	12	**21.778**	**20.862**
CUSTOS DA ENERGIA VENDIDA			
Pessoal		(292)	(212)
Serviços de terceiros		(2.876)	(2.618)
Encargos de uso da rede elétrica		(968)	(891)
Depreciação e amortização		(4.528)	(4.528)
Aluguéis		(550)	(500)
Outros		(247)	(272)
		(9.461)	**(9.021)**
LUCRO BRUTO		**12.317**	**11.841**
RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS			
Despesas gerais e administrativas		**(158)**	**(111)**
LUCRO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO		**12.159**	**11.730**
RECEITAS (DESPESAS) FINANCEIRAS			
Renda de aplicações financeiras		1.602	1.885
Juros sobre depósitos vinculados		420	367
Juros sobre financiamento	10	(4.442)	(4.213)
Outras despesas financeiras, líquidas		(40)	(59)
		(2.460)	**(2.020)**
LUCRO ANTES DOS TRIBUTOS		**9.699**	**9.710**
Imposto de renda		(815)	(817)
Contribuição social		(302)	(303)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		**8.582**	**8.590**

A Companhia não possui resultados abrangentes, razão pela qual não está apresentando a demonstração específica relativa a este resultado.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

EÓLICA PEDRA DO SAL S.A.

CNPJ nº 08.448.356/0001-02 | NIRE nº 22 3 0000820-0

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015

(Em milhares de reais)

	CAPITAL SOCIAL	RESERVA LEGAL	DIVIDENDOS ADICIONAIS PROPOSTOS	LUCROS (PREJUÍZOS) ACUMULADOS	TOTAL
SALDOS EM 31.12.2014	**33.133**	**806**	**5.186**	**-**	**39.125**
Dividendos aprovados pela AGO pagos	-	-	(5.186)	-	**(5.186)**
Lucro líquido do exercício	-	-	-	8.590	**8.590**
Dividendos intermediários pagos	-	**-**		(4.714)	**(4.714)**
Destinações propostas à AGO:					
- Reserva legal	-	429	-	(429)	**-**
- Dividendos adicionais propostos	-	-	3.447	(3.447)	**-**
SALDOS EM 31.12.2015	**33.133**	**1.235**	**3.447**	**-**	**37.815**
Dividendos aprovados pela AGO pagos	-	-	(3.447)	-	**(3.447)**
Lucro líquido do exercício	-	-	-	8.582	**8.582**
Dividendos intermediários pagos	-	**-**		(5.706)	**(5.706)**
Destinações propostas à AGO:					
- Reserva legal	-	429	-	(429)	**-**
- Dividendos adicionais propostos	-	-	2.447	(2.447)	**-**
SALDOS EM 31.12.2016	**33.133**	**1.664**	**2.447**	**-**	**37.244**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

EÓLICA PEDRA DO SAL S.A.
CNPJ nº 08.448.356/0001-02 | NIRE nº 22 3 0000820-0
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA (MÉTODO INDIRETO) PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015
(Em milhares de reais)

	31.12.2016	31.12.2015
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro antes dos tributos	**9.699**	**9.710**
Ajustes para conciliar o lucro:		
Depreciação e amortização	4.528	4.528
Juros sobre financiamento	4.442	4.213
Juros sobre depósitos vinculados	(420)	(367)
Lucro ajustado	**18.249**	**18.084**
Redução (aumento) nos ativos		
Contas a receber de clientes	499	(1.221)
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	(41)	98
PIS e Cofins a recuperar	530	1.053
Depósitos vinculados	67	64
Outros ativos	(18)	(32)
(Aumento) redução nos passivos		
Fornecedores	(61)	132
Imposto de renda e contribuição social	(796)	(958)
Outros passivos	329	-
Caixa gerado pelas operações	**18.758**	**17.220**
Pagamento de juros sobre financiamento	(3.788)	(4.011)
Pagamento de imposto de renda e contribuição social	(252)	-
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	**14.718**	**13.209**
Atividades de investimento		
Aplicação no imobilizado	(1)	(73)
Caixa líquido das atividades de investimento	**(1)**	**(73)**
Atividades de financiamento		
Pagamento de financiamento	(4.659)	(4.288)
Pagamentos de dividendos	(9.153)	(11.629)
Caixa líquido das atividades de financiamento	**(13.812)**	**(15.917)**
Aumento (redução) no caixa e equivalentes de caixa	**905**	**(2.781)**
Conciliação do caixa e equivalentes de caixa		
Saldo inicial	9.440	12.221
Saldo final	10.345	9.440
Aumento (redução) no caixa e equivalentes de caixa	**905**	**(2.781)**
Transações que não envolvem o caixa e equivalentes de caixa		
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-
Imposto de renda e contribuição social compensados	882	867

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

EÓLICA PEDRA DO SAL S.A.

CNPJ nº 08.448.356/0001-02 | NIRE nº 22 3 0000820-0
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
DE 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

1 - CONTEXTO OPERACIONAL

A Eólica Pedra do Sal S.A. ("Pedra do Sal" ou "Companhia"), com sede no município de Parnaíba, estado do Piauí (PI), foi constituída em 07.11.2006, com o objetivo de projetar, construir, implantar, operar e manter a Usina, bem como o respectivo sistema de transmissão associado, comercializar a energia elétrica e desenvolver atividades direta ou reflexamente relacionadas à consecução de seu objeto social.

A Pedra do Sal não tem empregados e sua administração é realizada pela controladora indireta ENGIE Brasil Energia, que cobra pela prestação de serviços e reembolso das despesas incorridas com pessoal diretamente dedicado às atividades da usina.

Em 23.12.2016, a EBE e a ECP – controladoras da Companhia – celebraram com a Companhia Energética Petrolina (CEP) um contrato de venda da totalidade das ações da Pedra do Sal. Essa operação envolveu a alienação de mais duas Companhias do Grupo, a Eólica Beberibe S.A. e a Hidrelétrica Areia Branca S.A. O valor da venda das três empresas foi de R$ 391.767 (R$ 306.350 líquido dos financiamentos), que serão ajustados pelas variações patrimoniais e de preço até a data do fechamento da operação.

A conclusão da Operação está sujeita ao atendimento de determinadas condições precedentes previstas no Contrato, em especial a aprovação prévia da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE).

2 - APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis foram preparadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BRGAAP), sendo utilizado o custo histórico como base de valor e o Real como moeda funcional.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

A Administração, quando necessário, baseia-se em julgamentos e estimativas para o registro de certas transações. As principais estimativas utilizadas pela Companhia que afetam suas demonstrações contábeis são as vidas úteis do ativo imobilizado.

As demonstrações contábeis ora apresentadas foram aprovadas pela Diretoria Executiva em 31.01.2017.

3 - SUMÁRIO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

a) Ativos e passivos financeiros

a.1) Caixa e equivalentes de caixa

São mantidos com a finalidade de atender os compromissos de caixa de curto prazo e compõem-se do saldo de caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras com liquidez imediata e sem risco significativo de mudança de valor de mercado. As aplicações financeiras são classificadas como equivalentes de caixa em função da intenção de resgate no curto prazo, estando registradas pelo custo de aquisição e mensuradas ao valor justo na data das demonstrações contábeis. As variações dos valores justos são registradas no resultado quando auferidas.

a.2) Contas a receber de clientes

São registradas inicialmente pelo valor da venda e posteriormente pelo custo amortizado.

a.3) Depósitos vinculados

Inicialmente são contabilizados pelo valor depositado e, posteriormente, são mensurados ao valor justo na data das demonstrações contábeis.

a.4) Financiamento

É reconhecido inicialmente pelo valor justo e posteriormente mensurado pelo custo amortizado utilizando-se o método de taxa de juros efetiva.

b) Imobilizado

É registrado ao custo de aquisição ou construção. A depreciação é calculada pelo método linear, com base nas taxas anuais estabelecidas pela Aneel.

c) Demais ativos e passivos circulantes e não circulantes

Os demais ativos são registrados ao custo de aquisição e as demais obrigações pelos valores conhecidos ou calculáveis.

d) Reconhecimento da receita de venda de energia

A receita é mensurada pelo valor justo da contrapartida recebida ou a receber, deduzida dos impostos e dos eventuais descontos incidentes sobre a mesma.

e) Contratos de arrendamento

São considerados como operacional, sendo os valores contratados reconhecidos no resultado durante a vigência do contrato.

f) Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social correntes são calculados pelo lucro real de acordo com as bases tributárias, considerando as normas e as alíquotas vigentes na data da apresentação das demonstrações contábeis.

g) IFRS 16 - *leasing*

O IFRS 16 *Leasing* introduz exigências para o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de arrendamentos. A norma define um modelo único de contabilidade de leasing, exigindo que o arrendatário reconheça ativos e passivos para todos os contratos de arrendamento, a menos que o prazo do contrato seja inferior a doze meses ou o valor do ativo objeto do leasing tenha valor não significativo. Para os arrendadores não há alterações substanciais, devendo continuar classificando os contratos de leasing como operacionais ou financeiros, conforme definido no IAS 17.

A Companhia possui contratos de arrendamento de propriedade, onde está instalado o parque eólico, os quais estão sob o escopo do IFRS 16. Quando da aplicação desta norma, vigente a partir de 2019, tais contratos de arrendamento serão reconhecidos como um direito de uso do ativo em contrapartida de uma obrigação.

4 - CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	31.12.2016	31.12.2015
Caixa e depósitos bancários à vista	1.431	1.211
Citibank - Fundo de Investimento Exclusivo de Renda Fixa	8.914	8.229
	10.345	**9.440**

A Companhia é participante do Fundo de Investimento Exclusivo de Renda Fixa de sua controladora indireta, ENGIE Brasil Energia, concentrando suas aplicações financeiras neste fundo. As operações realizadas pelo fundo possuem liquidez imediata, são remuneradas pela Selic e estão lastreadas em títulos públicos federais.

5 - CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

	31.12.2016	31.12.2015
Faturamento mensal	2.965	2.533
Ajuste financeiro anual	2.847	3.778
	5.812	**6.311**

Referem-se a valores vincendos a receber da Eletrobras pela venda da totalidade da sua energia assegurada através do Proinfa. Os valores faturados mensalmente são recebidos em parcelas iguais em 20, 30 e 40 dias após o mês de competência do faturamento.

De acordo com os termos do contrato, o faturamento mensal da energia é composto por duas parcelas: (i) relativa à energia contratada, cuja base é a energia assegurada do parque eólico; e (ii) referente ao ajuste financeiro, que corresponde à diferença entre a energia contratada e a efetivamente gerada pelo parque eólico. Este ajuste financeiro é apurado ao final de cada ano e compensado com o faturamento mensal correspondente ao ano seguinte, na proporção de 1/12 por mês. Nos anos de 2015 e 2016 a Pedra do Sal gerou energia em volume superior à contratada.

6 - IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL A RECUPERAR

A Companhia ingressou, no ano de 2014, com pedido de restituição de imposto de renda e contribuição social no montante de R$ 1.550, o qual permanece sob análise da Receita Federal do Brasil.

7 - PIS E COFINS A RECUPERAR

Referem-se a créditos de PIS e Cofins decorrentes de aquisições de máquinas e equipamentos e de gastos com a construção de edificações para a implantação do parque eólico.

A Companhia também ingressou com pedido de restituição que permanece sob a análise da Receita Federal do Brasil.

8 - DEPÓSITOS VINCULADOS

Referem-se ao valor aplicado em conta reserva para garantir o pagamento dos serviços da dívida, em cumprimento às exigências contidas no contrato de financiamento com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

9 - IMOBILIZADO

a) Composição

		31.12.2016			31.12.2015
	Taxa média de depreciação %	Custo corrigido	Depreciação acumulada	Valor líquido	Valor líquido
Em serviço					
Edificações e benfeitorias	3,37	1.899	(530)	1.369	1.432
Máquinas e equipamentos	4,76	93.748	(35.459)	58.289	62.707
Móveis e utensílios	6,25	32	(17)	15	17
		95.679	**(36.006)**	**59.673**	**64.156**
Em curso		**-**	**-**	**-**	**44**
		95.679	**(36.006)**	**59.673**	**64.200**

b) Mutação

	Edificações e benfeitorias	Máquinas e equipamentos	Móveis e utensílios	Em curso	Total
Saldos em 31.12.2014	**1.497**	**67.139**	**19**	**-**	**68.655**
Ingressos	-	-	-	73	73
Transferências	-	28	1	(29)	-
Depreciação	(65)	(4.460)	(3)	-	(4.528)
Saldos em 31.12.2015	**1.432**	**62.707**	**17**	**44**	**64.200**
Ingressos	-	-	-	1	1
Transferências	-	45	-	(45)	-
Depreciação	(63)	(4.463)	(2)	-	(4.528)
Saldos em 31.12.2016	**1.369**	**58.289**	**15**	**-**	**59.673**

c) Autorização do órgão regulador

A Companhia é detentora da autorização para exploração do Parque Eólico Pedra do Sal, com capacidade instalada de 18 MW, pelo prazo de 30 anos, a contar da data de 02.10.2002.

10 - FINANCIAMENTO

a) Mutação – Financiamento com o BNDES

	Circulante	Não circulante	Total
Saldos em 31.12.2014	**4.611**	**49.237**	**53.848**
Juros	4.048	165	4.213
Transferências	4.442	(4.442)	-
Amortização de principal	(4.288)	-	(4.288)
Pagamento de juros	(4.011)	-	(4.011)
Saldos em 31.12.2015	**4.802**	**44.960**	**49.762**
Juros	4.393	49	4.442
Transferências	4.481	(4.481)	-
Amortização de principal	(4.659)	-	(4.659)
Pagamento de juros	(3.788)	-	(3.788)
Saldos em 31.12.2016	**5.229**	**40.528**	**45.757**

b) Vencimentos do financiamento apresentado no passivo não circulante

Ano	Valor
2018	5.495
2019	5.946
2020	6.435
2021	6.963
2022	7.535
2023	8.154
	40.528

c) Condições contratadas

Juros:	TJLP + 1,92% a.a. (a TJLP que exceder 6% a.a. é incorporada ao principal)
Amortização:	Mensal até o vencimento do contrato, em dezembro de 2023

d) Garantias

As garantias são as seguintes: (i) alienação fiduciária de bens e equipamentos; (ii) totalidade das ações representativas do capital social; e (iii) recebíveis e conta reserva do serviço da dívida.

e) Compromisso contratual (*covenant*)

O *covenant* (Índice de Cobertura do Serviço da Dívida ≥ 1,3) está sendo integralmente atingido pela Companhia.

11 - PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social

O capital social da Companhia em 31.12.2016 e 31.12.2015 é de R$ 33.133, totalmente subscrito e integralizado, representado por 33.133.110 ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal, das quais 33.133.109 pertencem a ECP, controlada da ENGIE Brasil Energia.

b) Reservas de lucros e dividendos mínimos obrigatórios

A Companhia constituiu reserva legal correspondente a 5% do lucro líquido. Os dividendos mínimos obrigatórios correspondem a 25% do lucro líquido ajustado.

c) Dividendos intermediários

Os acionistas, em Assembleia Geral Extraordinária (AGE) realizada em 01.12.2016, aprovaram a distribuição de dividendos intermediários, com base nas demonstrações contábeis levantadas em 30.11.2016, no montante de R$ 5.706, os quais foram integralmente pagos em 22.12.2016.

d) Dividendos adicionais propostos

A Companhia está propondo a distribuição de dividendos adicionais relativos ao exercício de 2016 no montante de R$ 2.447.

12 - CONCILIAÇÃO DA RECEITA LÍQUIDA DE VENDAS

Em atendimento às exigências do CPC 30 – Receitas, a tabela a seguir apresenta a conciliação entre a receita operacional bruta e a receita líquida de vendas:

	31.12.2016	31.12.2015
RECEITA OPERACIONAL BRUTA		
Suprimento de energia elétrica	23.998	22.988
DEDUÇÕES DA RECEITA OPERACIONAL		
PIS e Cofins	(2.220)	(2.126)
RECEITA LÍQUIDA DE VENDAS	**21.778**	**20.862**

13 - GERENCIAMENTO DE RISCO E INSTRUMENTOS FINANCEIROS

a) Gestão de risco

Para conduzir com mais eficiência o processo de avaliação de riscos dos seus negócios, a Companhia segue integralmente as regras do Comitê de Gerenciamento de Riscos da ENGIE Brasil Energia, sua controladora indireta. Os negócios da Companhia, as condições financeiras e os resultados das operações podem ser afetados de forma adversa por qualquer um dos fatores de risco a seguir descritos.

a.1) Risco de mercado

Estes riscos estão relacionados com a possibilidade de a Companhia vir a sofrer perdas por conta de flutuação de taxas de juros aplicadas ao seu financiamento – a TJLP, resultando em efeitos em suas despesas financeiras.

a.2) Risco de crédito

Nas operações de aplicação no mercado financeiro, a Companhia prioriza a aplicação em títulos públicos, possuindo também política de determinação de limites de crédito para as instituições financeiras.

a.3) Risco de liquidez

A Companhia, no intuito de assegurar a capacidade dos pagamentos de suas obrigações de maneira conservadora, utiliza a política de caixa mínimo, revisado anualmente com base nas projeções de caixa e monitorado mensalmente.

14 - COMPROMISSOS DE LONGO PRAZO

A Companhia possui os seguintes compromissos de longo prazo considerados relevantes:

a) Contrato de uso do sistema de distribuição

A Companhia mantém contrato com a Companhia Energética do Piauí (Cepisa) para uso do sistema de distribuição, com vigência até a data de extinção da autorização ou de extinção da transmissora, o que ocorrer primeiro.

b) Contrato de venda de energia

A Companhia possui sua energia contratada com a Eletrobras, através do Proinfa, até 2028.

c) Contrato de operação e manutenção

A Companhia mantém contrato de operação e manutenção de aerogeradores com a empresa Wobben Windpower Indústria e Comércio Ltda., vigente até 12.02.2021 e atualizado anualmente pelo IGPM.

d) Contrato de arrendamento

A Companhia possui um contrato de arrendamento operacional do terreno onde está localizado o seu parque eólico, com vigência até janeiro de 2029, com possibilidade de renovação de acordo com a vontade das partes envolvidas. O valor mensal pago corresponde a um percentual sobre a receita operacional bruta.

15 - TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

A Companhia mantém contrato com a sua controladora indireta ENGIE Brasil Energia, com início em 01.01.2014 e prazo de duração de quatro anos, cujo objeto é a prestação de serviços administrativos e financeiros. Os valores contratados são reajustados anualmente pela variação do Índice Nacional de Preço ao Consumidor (INPC). O valor anual do contrato é de R$ 100.

O referido contrato será rescindido quando da finalização da operação de venda e a consequente transferência das ações da Companhia para o comprador.

(Nominata de assinaturas das Demonstrações Contábeis em 31 de dezembro 2016 da Eólica Pedra do Sal S.A.).

DIRETORIA EXECUTIVA

José Luiz Jansson Laydner
Diretor Presidente

Sergio Roberto Maes
Diretor Técnico-Operacional

Marcelo Cardoso Malta
Diretor Administrativo e Financeiro

CONTADOR

Márcio dos Santos Rosa
CRC SC-023609/O-7

KPMG Auditores Independentes
Av. Prof. Othon Gama D´eça, 677 -
Salas 603, 604 e 605 - Centro - Ed. The Office
88015-240 - Florianópolis/SC - Brasil
Caixa Postal 1420
88010-970 - Florianópolis/SC - Brasil
Telefone +55 (48) 3205-5300, Fax +55 (48) 3205-5301
www.kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Conselheiros e Diretores da
Eólica Pedra do Sal S.A.
Parnaíba - PI

Opinião
Examinamos as demonstrações financeiras da Eólica Pedra do Sal S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Eólica Pedra do Sal S.A. em 31 de dezembro de 2016, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião
Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor
A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Auditores Independentes, uma sociedade simples brasileira e firma-membro da rede KPMG de firmas-membro independentes e afiliadas à KPMG International Cooperative ("KPMG International"), uma entidade suíça.

KPMG Auditores Independentes, a Brazilian entity and a member firm of the KPMG network of independent member firms affiliated with KPMG International Cooperative ("KPMG International"), a Swiss entity.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

  Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Florianópolis, 03 de fevereiro de 2017

KPMG Auditores Independentes
CRC SC-000071/F-8



Claudio Henrique Damasceno Reis
Contador CRC SC-024494/O-1